

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.687 - MG (2019/0296387-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LUISA DOMENIQUE MARQUES VIANA (PRESO)
ADVOGADOS : PAULO CÉSAR RODRIGUES - MG094126
MARCELO DA SILVA - MG185318
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Luisa Domenique Marques Viana** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.099456-6/000.

Consta dos autos que a recorrente foi presa em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, pois, consoante auto de prisão, foi surpreendida enquanto tentava ingressar com drogas (15,17 g de maconha) em estabelecimento prisional (fls. 2/11).

A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, aos seguintes fundamentos (fl. 43):

[...]

Compulsando os autos, verifico que há prova inequívoca da existência do crime e indícios suficientes da autoria, consoante se detrai dos depoimentos colhidos em sede policial às fls. 03/09, do auto de apreensão de fl. 06v, laudo de exame preliminar de drogas de abuso de fl. 07 e boletim de ocorrência de fls. 07v/09.

Igualmente, restou demonstrada a circunstância autorizadora da prisão preventiva, prevista no artigo 312 do Código de Processo Penal, ou seja, a garantia da ordem pública merece ser acautelada, uma vez que, conforme CAC situada às fls. 16v/17, a autuada possui duas condenações com trânsito em julgado pela prática do crime de tráfico de drogas, de modo que a prisão cautelar é imprescindível para pôr termo na reiteração criminosa.

Destaco, ainda, que as circunstâncias em que ocorreu o fato, isto é, tentativa de transportar drogas para o interior da unidade prisional, aponta a audácia e periculosidade da autuada, em total desafio às instituições.

[...]

Inconformada, a defesa da recorrente impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça local, sendo a ordem denegada, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 195):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – NEGATIVA DE AUTORIA – IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA ESTREITA VIA DO WRIT – CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO EM SEGREGAÇÃO PREVENTIVA – DECISÃO A QUO FUNDAMENTADA –

Superior Tribunal de Justiça

PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXCEPCIONAL PREVISTOS NOS ARTS. 312 E 313, INCISOS I E II, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS – APREENSÃO DE PEQUENA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES – PACIENTE REINCIDENTE – ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – INOCORRÊNCIA – CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE – IRRELEVÂNCIA – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INOCORRÊNCIA.

- É cediço doutrinária e jurisprudencialmente que na estreita via do writ não é possível o exame valorativo do conjunto fático-probatório, afigurando-se inviável, nesta seara, a discussão acerca da negativa de autoria.

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se a decisão que converteu a prisão em flagrante delito da paciente em segregação preventiva, encontra-se devidamente fundamentada, mormente no caso em análise, vez que, além da apreensão, em tese, de pequena quantidade de entorpecentes, a agente é reincidente.

- Presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, é possível a manutenção da prisão cautelar quando se tratar de crime punido com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, bem quando o agente tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, conforme ocorre no caso em análise (art. 313, I e II, do Código de Processo Penal).

- Não há que se falar em afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência se observada a excepcionalidade do cárcere, subordinada à necessidade concreta, real, efetiva e fundamentada de sua manutenção.

- As condições favoráveis da paciente não são suficientes para lhe garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes outras circunstâncias autorizadoras da cautela.

- Não há que se falar em trancamento da ação penal, se há nos autos suporte probatório suficiente a deflagrar ação penal, havendo indícios suficientes da materialidade e autoria do delito em relação ao paciente, devendo ser mantida a decisão que recebeu a denúncia.

Ainda irresignada, a defesa interpôs recurso ordinário, no qual sustentou a ilicitude da prova obtida mediante *exame de toque vaginal e anal*, efetivado em hospital, *sem a devida autorização* da ré (fl. 136), além da atipicidade da conduta perpetrada.

Pugnou, em liminar, pela revogação do decreto de prisão e, no mérito, pelo desentranhamento da prova ilícita, além do trancamento da ação penal, por ausência de justa causa.

É o relatório.

O recurso é manifestamente inadmissível, pois as teses suscitadas na impetração – ilicitude da prova e atipicidade da conduta –, não foram debatidas na Corte

Superior Tribunal de Justiça

de origem, circunstância que obsta o exame dos temas nesta Corte (supressão de instância).

Nesse sentido, confira-se:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FRAUDE À LICITAÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÕES NÃO ANALISADAS PELA CORTE *A QUO* SOB OS ENFOQUES VENTILADOS NAS RAZÕES DO PRESENTE RECURSO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA. DESCRIÇÃO SUFICIENTE. ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Limitou-se a Corte *a quo* à análise da inépcia da denúncia sob apenas um dos pontos suscitados nas razões do presente recurso em habeas corpus. Assim, **porquanto não analisadas previamente pelas instâncias ordinárias, descabe a este Tribunal, de maneira inaugural, a apreciação das teses de inépcia da denúncia, de atipicidade de conduta e de trancamento da ação penal, segundo o enfoque dado pelo recorrente, no tocante aos crimes de formação de cartel, de organização criminosa e de fraude às licitações, sob pena de incursão em indevida supressão de instância.**

[...]

(RHC n. 82.731/MT, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/9/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso ordinário (art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator